

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar

FIERGS CIERGS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputados rejeitam projeto de cassação da atividade econômica

Por 34 votos contrários a 18 favoráveis, a Assembleia Legislativa rejeitou nesta quarta-feira, 22, o Projeto de Lei 37/2019, de autoria da deputada Luciana Genro (PSOL), que prevê o impedimento de manutenção das atividades das empresas que façam uso do trabalho infantil. Na semana passada, os deputados rejeitaram o substitutivo ao projeto, que ampliava as restrições e punições às empresas.

Ainda que a importância do tema tenha sido enfatizada nas manifestações dos parlamentares, prevaleceu a compreensão jurídica, pois as regras do direito do trabalho são de competência federal, não podendo ser tratadas em norma legal estadual.

A proposição da parlamentar do PSOL previa a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS para empresas que fizesse uso do trabalho infantil. Também trazia atribuições à Secretaria da Fazenda do estado, o que também é vedado legalmente. Ampliava as penalidades a todos os sócios, tanto pessoas físicas como jurídicas.

Tanto o projeto original, quanto o substitutivo mereceram manifestação conjunta da FIERGS, Fecomércio e Farsul, dirigida aos deputados estaduais, solicitando a rejeição da matéria. No ofício, as entidades reforçaram seu compromisso com o combate ao emprego da mão de obra infantil, mas criticaram a inconstitucionalidade das propostas e a generalização da punição.

Manifestaram-se contra o projeto os deputados Sérgio Turra (PP), Fábio Ostermann (NOVO) e Luiz Henrique Viana(PSDB).

[Confira aqui o voto de cada deputado estadual.](#)

Retirada de quórum transfere votação do piso regional

Com previsão de votação nesta quarta-feira, dia 21, o Projeto de Lei 35/2020, que reajusta as cinco faixas do piso salarial regional em 4,5%, só deve ser votado provavelmente após o primeiro turno das eleições. Esta é a expectativa que circula informalmente na Assembleia Legislativa, que pode explicar a retirada do quórum na sessão, logo após a votação do PL 37/2019.

Ainda que haja acordo – também informalmente - entre as bancadas da base do governo para apoiarem emenda congelando os valores do piso, o temor de que este posicionamento repercuta negativamente nos pleitos municipais prevaleceu sobre a necessidade de votar a proposição neste momento.

A FIERGS, aliada às demais Federações Empresariais, vem alertando os deputados e o governo do Estado sobre o potencial prejuízo à economia gaúcha decorrente do aumento no mínimo regional. Mesmo com a convicção da necessidade de extinção do piso, o caráter de exceção do ano de 2020 levou as federações a proporem a manutenção de seus valores vigentes. Mesmo sem o aumento, o piso aplicado no Rio Grande do Sul está 18,4% superior ao salário mínimo nacional.

As entidades sindicais do setor empresarial permanecem em alerta, com relação à tramitação desta matéria, pois permanece na Ordem do Dia, podendo ser apreciada a qualquer momento, caso as especulações sobre a influência das eleições municipais no tema não se confirmem.

GERÊNCIA TÉCNICA E DE SUPORTE AOS CONSELHOS TEMÁTICOS – GETEC
Conselho de Articulação Parlamentar – COAP

Coordenador: Cláudio Bier
Fone: (51) 3347-8674
E-mail: coap@fiergs.org.br